



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9216 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT11 - Política de Educação Superior

A UNIVERSIDADE PÚBLICA E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: O RISCO DE COLAPSO POR INSUFICIÊNCIA ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO BRASILEIRO

Claudio Nascimento da Costa - UFPA - Universidade Federal do Pará

Dinair Leal da Hora - UFPA - Universidade Federal do Pará

Luziane Said Cometti Lelis - Universidade Federal do Pará (UFPA) - EDUCANORTE - PGEDA

Resumo

Este trabalho resulta do recorte de uma pesquisa de doutorado e tem o objetivo de promover reflexões sobre a questão da assistência estudantil, a partir do impacto de desfinanciamento orçamentário nas universidades públicas federais. Trata-se de uma pesquisa que se apoia em uma abordagem qualitativa, faz uma revisão de literatura que aponta alguns efeitos das ações do contínuo subfinanciamento promovido pelo Estado brasileiro nos últimos anos sobre o orçamento discricionário às universidades federais e a insuficiência dos recursos à assistência estudantil que foram subtraídos, em razão dos ajustes de austeridade econômica, um braço das medidas neoliberais em busca da mitigação da crise estrutural do capital, conclui-se que seus efeitos atingem, diretamente, os estudantes universitários em situação de vulnerabilidades social e, sobretudo, a autonomia e a capacidade da universidade pública como organização democrática.

Palavras Chave: Universidade Pública. Assistência Estudantil. Desfinanciamento da Educação.

Introdução

Para Leher (2021), no atual contexto político, econômico, e social do país tornam-se relevantes as análises que apontam para o “crônico subfinanciamento público” enfrentado pela educação superior brasileira, agravado ainda mais com a pandemia a partir de 2020, e suas repercussões incidem “de modo extremamente grave na receita proveniente dos impostos que lastreiam as vinculações constitucionais para a educação – situação magnificada pelos efeitos sistêmicos negativos da Emenda Constitucional (EC) n. 95/2016” (p. 7).

Esta constatação pode ser ratificada por entidades como a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES; União Nacional dos Estudantes – UNE; Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE; e por um conjunto de pesquisadores dedicados aos estudos sobre a universidade pública brasileira como, Chauí (2001; 2021); Rossi et al. (2017); Leher (2021) entre outros, suas investigações subsidiam maior precisão às análises no campo da assistência estudantil, o que pode ser observado em Imperatóri (2017); Santos (2018); Moreira (2020) que, assim, ampliam o sentido de compreensão das múltiplas dimensões das políticas,

programas e ações que impactam as universidades públicas.

Desta forma, admite-se que tais estudos trazem o imperativo de consolidação e defesas da universidade pública brasileira como um espaço de domínio do direito democrático, como sugere Chauí (2001, p. 9) “a necessidade de defendê-la como um direito democrático, opondo-nos às medidas estatais que visam o seu desaparecimento”. Esta pauta foi ratificada pela autora na conferência de abertura do II Congresso Virtual – Universidade em Movimento, organizado pela Universidade Federal da Bahia – UFBA (2021), com a temática, “*O exercício e a dignidade do pensamento: o lugar da universidade brasileira*”.

Entretanto, há inúmeros obstáculos que se erguem para a consolidação dos princípios democráticos e a efetividade dos direitos sociais na sociedade brasileira, entre eles, Chauí (2001) destaca que, “em primeiro lugar, sempre foi difícil em decorrência da estrutura autoritária da sociedade brasileira; em segundo, ela se torna quase impossível diante da hegemonia econômico política do neoliberalismo [...]” (p. 13).

Neste sentido, a educação superior pública, assim como as políticas à assistência estudantil estão correndo sério risco de arrefecimento, diante das ações de subfinanciamento contínuo do Estado brasileiro em promover ajustes estruturantes em nome da “austeridade econômica”, compreendida de acordo com Rossi et al. (2017, p. 4), “como uma política de ajuste da economia fundada na redução dos gastos públicos e do papel do Estado em suas funções de indutor do crescimento econômico e promotor do bem-estar social”.

Para Mendes e Carnut (2020) os processos sucessivos de subfinanciamento do Estado brasileiro nos últimos anos leva a um quadro de insuficiência de recursos, de aniquilamento da autonomia orçamentária o qual caracteriza o desfinanciamento, que por sua vez, está vinculado à crise estrutural do capital, em suas formas sociais mais determinantes, o que explica o desmonte dos direitos sociais, saúde, serviço social, entre outros, para além do campo da educação, conforma-se como “crise na forma mercadoria”, que sugere correlações com a lógica de “acumulação e à valorização”; mas também, se trata de uma “crise da forma política estatal sobre as crescentes ‘modalidades privatizantes de gestão das políticas sociais’ e dos ajustes fiscais permanentes; e da crise da forma jurídica” (Grifos do autor, p. 11).

Esse panorama vem se desenhando, segundo Santos (2018), desde dos anos de 1990, quando as ações neoliberais incidem no Brasil com mais força sobre as políticas sociais e, no caso da educação, vem sendo objeto de reformas que “abrem espaço às truculentas medidas mercadológicas, principalmente no ensino superior” (p. 169).

De tal modo, a tentativa de superação da evidente crise estrutural do capital, expõe a lógica da “austeridade” representada por um dos pilares do neoliberalismo, em conjunto com outros dois pilares mais conhecidos, a “liberalização dos mercados” que flexibiliza os processos de transferência de recursos aos países centrais do sistema capitalista diante da fragilidade das relações socioeconômicas, com a abertura das fronteiras econômicas e políticas nacionais, e as “privatizações”, que transferem à iniciativa privada bens e serviços públicos essenciais (ROSSI, DWECK e ARANTES, 2018).

O impacto de desfinanciamento orçamentário nas universidades públicas federais e na assistência estudantil

A Assistência Estudantil, e as universidades públicas federais têm passado por transformações que expressam as contradições da sociedade capitalista brasileira neste início do século XXI e, por vez, está diante do risco eminente de colapso com a redução do orçamento público às Instituições Ensino Superior – IES podem ser observadas, a partir de 2016, segundo Moreira (2020, p. 12) não é possível estudar a questão da assistência

“desvinculada do capitalismo periférico brasileiro, pois as indicações internacionais e mudanças no mundo do trabalho são fundamentais na compreensão da política [...]”.

Para Fagnani (2018, p. 73) “No compasso do golpe parlamentar, em 2016, a ofensiva liberal reaparece, como reedição do passado, no documento ‘Uma Ponte para o Futuro’(PMDB, 2016)”, e assim, está legitimado por meio “da Emenda Constitucional 95 que, como se argumenta, institui a austeridade como um novo pacto social no Brasil” (ROSSI et al. 2017, p. 4). Pois:

A EC 95 estabelece um novo regime fiscal, instituindo uma regra para as despesas primárias do Governo Federal com duração para 20 anos e possibilidade de revisão – restrita ao índice de correção – em 10 anos. [...] Em síntese, o novo regime fiscal institui uma austeridade permanente, pois implica um congelamento real das despesas do Governo Federal, (devido ao crescimento da população ao longo dos anos) Ou seja, de acordo com a regra proposta, os gastos públicos não vão acompanhar o crescimento da renda e da população. (ROSSI et al. 2017, p. 10).

Assim, a partir de 2016, o setor público brasileiro passa a ser norteado pelos princípios da Emenda Constitucional 95, que inaugura a inserção do país na “era da Austeridade” de forma estrutural para os próximos vinte anos (ROSSI, DWECK e ARANTES, 2018, p. 7-8).

Os autores alertam para as consequências danosas que essa nova forma de gestão vem se apresentando no que se refere à macroeconomia e às políticas distributivas pela incapacidade de articular o plano do crescimento econômico com a promoção de políticas públicas sociais. A incompatibilidade entre o princípio democrático de inclusão e o princípio capitalista da rentabilidade estão em colisão no interior das universidades públicas federais, com o descaso provocado pelo Estado brasileiro ao reduzir o financiamento público, sobretudo, à assistência estudantil e vem promovendo o asfixiamento ao direito à educação, e de oportunidades aos estudantes mais vulneráveis. Assim, “A racionalidade dessa política é, portanto, a defesa de interesses específicos e é ainda um veículo para corroer a democracia e fortalecer o poder corporativo no sistema político” (Rossi et al. 2018, p. 28).

De acordo com a ANDIFES, instituição que reúne os reitores das 69 universidades federais: “Para 2020 houve uma queda de 8,64% na variação anual em relação a 2019, passando de R\$ 6,06 bilhões, em 2019, para R\$ 5,54 bilhões, em 2020” (ANDIFES, 2021). E, para o ano de 2021, a situação orçamentária é ainda pior, pois o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei Orçamentária – PLOA para o ano de 2021, em que “as universidades sofreram, novamente, redução orçamentária, dessa vez, na casa de 18,2%, equivalente a R\$ 1.056 bilhões em relação aos valores do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020” (IBIDEM, 2021).

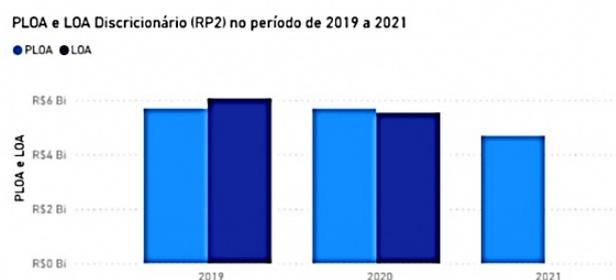
Os dados apresentados ratificam o desfinanciamento de 18,2% para o ano de 2021, uma ameaça às atividades fins desenvolvidas pelas universidades públicas federais. Ver imagem 01, que expõe o gráfico produzido pela ANDIFES (2021):

Imagem 01 – PLOA e LOA 2019 a 2021



PLOA e LOA 2019 a 2021

CORTE DE MAIS DE 18% DO ORÇAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS



Fonte: <https://www.andifes.org.br>, 2021.

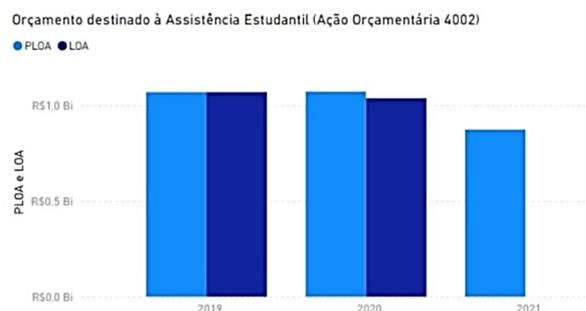
A retirada de recursos também afeta a relevância do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que foi instituído em 2007, pela Portaria Normativa 39/2007, para financiar as principais ações de assistência estudantil e salvaguardar os estudantes de cursos de graduação presenciais das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, sendo implementado a partir do ano de 2008, e substituído pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Para Imperatori (2017, p. 294), o PNAES representa “o marco histórico para a política de assistência por definir suas áreas de ação e ser o referencial para os programas e projetos realizados nas diversas Ifes do Brasil”.

Entretanto, com a subtração de mais de 20% entre os anos de 2019 - 2021, pode significar um corte para 20% dos estudantes no recebimento dos auxílios, ou ainda, menos 20% do tempo de recebimento, com conseqüente evasão imediata destes estudantes, ANDIFES (2021). Assim, ver a imagem 02, que expõe o gráfico produzido pela ANDIFES (2021), sobre os cortes à assistência estudantil:

Assistência Estudantil 2019 – 2021

CORTE DE MAIS DE 18% DO ORÇAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Assistência Estudantil



Fonte: <https://www.andifes.org.br>, 2021.

De acordo com o FONAPRACE, em pesquisa sobre o perfil dos estudantes universitários 2019, com dados do ano base 2018, 25% dos estudantes de graduação matriculados nas universidades públicas federais, vem de famílias com renda per capita

inferior a meio salário mínimo; e 72,5% com renda per capita de até um salário mínimo e meio, e, ainda antes da crise sanitária pandêmica SARS-CoV-2, que causa a doença COVID-19, mais de 60% dos estudantes das IFES no país dependiam de algum tipo de assistência estudantil (ANDIFES; FONAPRACE, 2019).

Em síntese, esse conjunto de dados permite afirmar que o desfinanciamento ocasionará um impacto em que na melhor das hipóteses significa que 20% dos estudantes, ou, 20% do tempo de recebimento do auxílio terão de ser subtraídos, de forma que se torna eminente a possibilidade do crescimento da evasão destes estudantes. Além disso, o desfinanciamento do Estado brasileiro traduz-se em um duro golpe no que se refere à possibilidade de consolidação do PNAES.

Considerações Finais

As medidas de austeridade precisam ser urgentemente revogadas, como o que representa a EC 95 às universidades públicas federais são forçadas a arcar com despesas cada vez maiores anualmente, um paradoxo, visto que o número de matrículas de alunos na graduação tem aumentado e o orçamento é cada vez menor, o que resulta em sucateamento das instituições, comprometendo a qualidade dos serviços públicos ofertados, forçando os universitários mais necessitados e dependentes das políticas de assistência estudantil para alimentação, moradia, transporte, entre outros, a abandonar a vida acadêmica.

Portanto, os impactos nas políticas sociais e no campo da educação superior apontam para o encolhimento do orçamento da assistência estudantil, e o desfinanciamento das universidades públicas federais revela-se como parte integrante da crise de direitos sociais, na versão mais antissocial do capitalismo, o neoliberalismo, de forma que seus efeitos atingem, diretamente, os estudantes universitários mais vulneráveis e, sobretudo, a autonomia institucional e a expertise da universidade pública como organização democrática.

Referências

ANDIFES [ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR] (2021). **Coletiva de Imprensa Remota**: corte de mais de 18% do orçamento das Universidades Federais.

ANDIFES [ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR]; FONAPRACE [FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS]. **V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras**. Brasília, 2019.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre Universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CHAUÍ, Marilena de Souza. O exercício e a dignidade do pensamento: o lugar da universidade brasileira. **Conferência de abertura do Congresso Universidade em Movimento**, [On Line] Fev. 2021.

FAGNANI, Eduardo. *Austeridade e Seguridade*: a destruição do marco civilizatório brasileiro. In: ROSSI, Pedro; DEWECK, Esther e OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. (orgs.). **Economia para poucos**: Impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018, p. 57-82.

- IMPERATORI, T. K. (2017). A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.
- LEHER, Roberto. Universidade Pública Federal Brasileira: future-se e “guerra cultural” como expressões da autocracia burguesa. **Educ. e Soc.**, Campinas, v. 42, p. 1-19 2021.
- MENDES, Áquila; CARNUT, Leonardo. Capital, Estado, crise e a saúde pública brasileira: golpe e desfinanciamento. **Ser Social**. Brasília, v. 22, n. 46, jan.-jun. de 2020.
- MOREIRA, Ana Virginia do Nascimento Moreira. **Os conceitos de risco e vulnerabilidade social na Política Nacional de Assistência Social no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2020.
- ROSSI, Pedro; DEWECK, Esther e OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. (orgs.). **Economia para poucos: Impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.
- ROSSI, P; OLIVEIRA, A. L. M; ARANTES, F. (2017). Austeridade e impactos no Brasil: Ajuste fiscal, teto de gastos e o financiamento da educação pública. **Friedrich Ebert Stiftung**. Análise, São Paulo: v.1, n. 33, 2017.
- SANTOS, Laryssa Gabriella Gonçalves dos. *O ensino superior no Brasil e os rebatimentos da contrarreforma do Estado*. In: **Política Educacional e Papel do Estado em tempos Atuais: Análises, perspectivas e possibilidades**. (Org.) SOUZA, A. A. C e. Jundiaí: Paco editorial, 2018.